

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 159

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE NOVEMBRO DE 1998
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 053/98

Curitiba, em 24.11.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei visando alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e adotar outras providências sobre a matéria, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999.

O plano de lei ora proposto, que resulta de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, visa aprimorar e atualizar disposições da legislação estadual que regula a cobrança do IPVA, adaptando-a à atual conjuntura em relação a tal tributo, e, fundamentalmente, buscando harmonizá-la às normas do vigente Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos de necessidade, conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, é adiante transcrita, justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda, através do Ofício nº 302/98, de 12 do corrente mês, firmado pelo Titular daquela Pasta:

“a) alteração 1ª - Altera o valor mínimo do imposto devido pela propriedade de veículo automotor, de vinte e cinco para quarenta UFIR.

b) alteração 2ª - Amplia o benefício de isenção aos veículos utilizados no transporte público de passageiros, na categoria aluguel (taxi), àqueles cuja posse seja decorrente de arrendamento mercantil (leasing).

c) alteração 3ª - Faz ajuste na redação do art. 16, tendo em vista que a Lei nº 8.933/89 foi revogada pela Lei nº 11.580/96.

d) alteração 4ª - Revoga os §§ 2º e 3º do art. 7º, por se tratar de legislação disciplinada pelo Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997.

O art. 2º autoriza o Secretário de Estado da Fazenda a cancelar créditos tributários, lançados até 31 de dezembro de 1993, cujo montante seja igual ou inferior a quatro UPF.

O art. 3º aprova tabela de valores venais para o cálculo do IPVA do exercício de 1999”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto resultar em montante inferior a 40 UFIR terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a UFIR do mês do vencimento do imposto”.

Alteração 2ª - O inciso III do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - utilizados no transporte público de passageiros na categoria aluguel (taxi), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil (leasing), e por ele utilizado na sua atividade profissional;”

Alteração 3ª - O art. 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 - O procedimento administrativo fiscal relativo ao lançamento e apuração de infrações do IPVA observará, no que couber, o rito do processo administrativo fiscal de instrução contraditória previsto na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996”.

Alteração 4ª - Ficam revogados os §§ 2º e 3º do art. 7º, ficando renumerado o § 1º para parágrafo único.

Art. 2º - Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado a cancelar créditos tributários lançados até 31 de dezembro de 1993, cujo montante atualizado seja igual ou inferior a quatro Unidades Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR.

Art. 3º - Fica aprovada, nos termos do inciso IV, do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, a tabela de valores venais para o cálculo do IPVA do exercício de 1999, que constitui o Anexo Único desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999, ficando revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 054/98

Curitiba, em 25.11.98.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Casa, o presente anteprojeto de lei que tem por objetivo a instituição do “uso obrigatório do Identificador Telemétrico de Veículos” nos

veículos licenciados no Estado do Paraná, para trafegarem no seu território.

O presente projeto visa adotar um sistema de telemetria, identificando a passagem de veículos em movimento, em pontos determinados das estradas.

Estes pontos estarão integrados a uma central de supervisão e controle, através de uma rede de telecomunicações fornecidas pelo Governo do Paraná. Em cada veículo será fixado um dispositivo eletrônico, que chamamos de “Identificador Telemétrico de Veículos” o qual será instalado no pára-brisas dianteiro dos veículos, capaz de reter um código único, inalterável, acessível via link de RF (rádio frequência) com o veículo em movimento através de uma Estação de Leitura ou uma Leitora Portátil.

Todo o veículo com o Identificador Telemétrico que passar por uma estação de leitura, deve ser lido e identificado imediatamente. Nos postos rodoviários (pontos de fiscalização), os veículos sem o Identificador também deverão ser detectados e uma notificação desta ocorrência deverá ser informada ao policial e à base de dados da Central de Supervisão e Controle para cálculos estatísticos. Diariamente o DETRAN-PR fornecerá à central de Supervisão e Controle uma lista atualizada de veículos portadores de irregularidades como IPVA em atraso, vistoria não realizada, veículo roubado, etc.

O citado projeto de lei encontra amparo na necessidade de implantação de meios técnicos necessários ao controle eficaz do uso das rodovias, a exemplo do controle do pagamento do IPVA, bem como no apoio à fiscalização da Receita Estadual no que tange ao registro de rotas efetuadas pelos veículos de carga, possibilitando cruzamento com o declarado na nota fiscal, bem como o controle sobre veículos que declaram na saída de nota para outro estado e não concretizam.

Além dos benefícios de ordem tributária citados, o projeto propiciará a possibilidade de controle do número de veículos que circulem em cada rodovia, gerando informações sobre a frota em circulação, a identificação de veículos roubados, o acesso pela polícia rodoviária aos cadastros de veículos (RENAVAN Nacional) e condutores (REN-ACH), viabilizando a fiscalização determinada pelo nosso código de trânsito.

Cabe ainda destacar a possibilidade de controle dos veículos com vistoria vencida, bem como a cobrança automática nos pedágios sem parar o veículo, e ainda controle da velocidade do transporte coletivo, bem como o cumprimento de horários.

A adoção de tal sistema está em consonância com a Resolução nº 840/97 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado do Paraná.

São estes os fundamentos e razões que estão a justificar o presente anteprojeto de lei, que submeto à elevada apreciação dessa augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam os veículos licenciados no Estado do Paraná obrigados ao uso de utilização do Identificador Telemétrico de Veículos, para trafegarem no território deste Estado.

Parágrafo Único - O Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, adotará as providências necessárias para o fornecimento gratuito do Identificador Telemétrico de Veículos, a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 2º - A administração pública estadual adotará os procedimentos técnicos que se fizerem necessários à implantação dos instrumentos de controle e fiscalização, a que se refere esta lei.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo Estadual, mediante decreto, regulamentará as disposições desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 055/98

Curitiba, em 25.11.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do art. 3º, da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, revogar o § 1º, do art. 5º, da mesma lei e adota outras providências.

A proposição ora formulada consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e visa ensejar condições no sentido de que os atos de composição do Conselho Penitenciário do Estado possam ser baixados de forma simplificada e livres de entraves burocráticos decorrentes de numerosos expedientes de indicações, com prazos legais para tal nem sempre possíveis de serem cumpridos.

A sistemática que se pretende adotar deixa para a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania a competência para formalização das respectivas indicações ao Chefe do Poder Executivo que, ao recebê-la fará os provimentos.

Por outro lado, vale ressaltar que em outras Unidades da Federação, exemplo o Estado do Rio Grande do Sul, adotam estruturação assemelhada para seus Conselhos Penitenciários.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O art. 3º, da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, passa, suprimidos seus atuais incisos e parágrafos, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná será composto por dezesseis membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

§ 1º - O Conselho será integrado por professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário, bem como representantes da comunidade.

§ 2º - As nomeações também poderão recair em professores, servidores e funcionários aposentados ou em inatividade.

§ 3º - A forma de provimento das funções de membros efetivos e suplentes do Conselho Penitenciário, será regulamentada por decreto do Governador do Estado."

Art. 2º - Ficam mantidos na condição de membros e suplentes os que atualmente exercem suas funções no Conselho Penitenciário.

Art. 3º - Fica revogados o § 1º, do art. 5º, da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 1033/98, do Senhor Artagão de Matos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades daquele Tribunal, relativo ao 3º trimestre de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 471/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 052/98 (Promove a reestruturação da COPEL e autoriza alienar, dar em caução ou em garantia de operações de créditos as ações da COPEL de propriedade do Estado).

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 459/98 que extingue e cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 458/98 que altera a base de cálculo da taxa judiciária e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 460/98, que dispõe sobre a alteração das tabelas, I, II, III e VII do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 489/98 que suprime a alínea “b” do inciso V do art. 16 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 488/98, de autoria do Tribunal de Justiça que extingue os níveis dos quadros de servidores das Secretarias do Tribunal de Justiça e Alçada.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que seja votado em regime de urgência, o Projeto de Resolução nº 001/98, que autoriza a realização de plebiscito nos municípios desmembrados nos últimos dez anos.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGUETTI

REQUERIMENTO Nº 1946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do Projeto de Resolução nº 014/98 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito nos Municípios de Marialva e Mandaguari, item 23 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 10 sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça arquivar o Projeto de Lei nº 397/98 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER que o Plenário desta Casa de Leis, seja destinado no dia 11 de dezembro de 1998, às 17:00, para entrega do Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Senhor Darci Piana, proposta por este Parlamentar.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, o envio de expediente, à família Bocalon, do Município de São João-PR, com votos de pesar, pelo falecimento precoce do jovem Rodrigo Bocalon.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do jovem Rodrigo Bocalon, deixou consternada toda a população de São João.

Filho exemplar, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizades, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Bocalon e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. Vereador João Maria Perucci, de 61 anos de idade, falecido no dia 24/nov/1998, Município de Figueira, deixando sua esposa Sra. Roseni Aparecida Amoroso e seus filhos.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

João Maria Perucci, vereador na cidade de Figueira há vinte e dois anos, onde foi presidente da Câmara Municipal por vários anos. Cidadão honrado, voltado às causas públicas e sociais, com seu trabalho e dedicação, muito fez para o progresso do município.

Filho de Angelo Perucci e Durvalina Nascimento Stamkevick, família tradicional do município, com residência há mais de cinquenta e sete anos. Deixou, entre seus familiares, sua esposa Sra. Roseni Aparecida Amaro, e seus filhos, a comunidade de Figueira, de luto.

REQUERIMENTO Nº 1940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar à família do Dr. Dalio Zippin, pelo falecimento de sua filha a professora Romyne Zippin, ocorrido no dia 28 deste mês.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido Plenário, consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São Carlos do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 16.12.98, de mais um aniversário de sua emancipação política

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Fiori Antonio Tessaro, Prefeito municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Arlindo José Flores, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de reconhecimento à população de São Carlos do Ivaí que estará festejando mais um aniversário

de emancipação política do Município, no próximo dia 16 de dezembro.

Também são merecedores de nossa homenagem seus administradores de todos os tempos que muito fizeram em prol da grandeza do Município e do bem estar de seu povo.

Pois, é através do trabalho integrado, da união de forças que se constrói um Paraná mais digno para todos os paranaenses.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumprimenta toda a população de São Carlos do Ivaí almejando um futuro de progresso, paz e desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pela intenção de unir o MERCOSUL ao Pacto Andino.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso está somando esforços no sentido de unir o MERCOSUL ao Pacto Andino, que engloba os países do Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

Esta união se for concretizada, irá tornar os países da América do Sul bastante fortes no campo econômico, político e social.

Requer ainda, que a decisão desta casa, seja dada ciência ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER votos de louvor para o Comandante de Vôo Internacional e Tri-Campeão Brasileiro de Acrobacia Aérea - Fernando Paes de Barros, pelos diversos títulos /campeonatos de Acrobacia Aérea, conquistados no Brasil e no exterior, representando e elevando o nome do Estado do Paraná, nestas competições.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Na atividade aeronáutica, perícia, habilidade e conhecimento tecnológico são sinônimos do dia-a-dia dos Comandantes.

Transportando pessoas, cargas; levando o progresso, integrando os países, o mundo; são tarefas coti-dianas deste imprescindível meio de transporte, que é a Aviação Civil, nos dias de hoje.

Resultado dos estudos e sonhos do grande brasileiro Alberto Santos Dumont.

Paralelamente as atividades econômicas /comerciais, um segmento que vem crescendo cada vez mais, é o de Acrobacia Aérea.

Este esporte, de alta precisão e tecnologia, tem grande repercussão nos países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos da América, onde a Acrobacia Aérea tem o seu berço, o seu grande centro de espetáculos.

O Paraná, por sua vez, tem se destacado neste meio seletivo, através da participação do Comandante Fernando Paes de Barros, com seu fiel companheiro: o avião de alta performance - Extra 300. Juntos, arrebatarem diversos títulos e classificações significativas em Campeonatos Mundiais e Brasileiro: foi o brasileiro melhor colocado no Campeonato Mundial deste ano, na Eslováquia, e é o atual (Tri) Campeão Brasileiro na Categoria Sem Limites.

Fernando Paes de Barros, já foi, inclusive, reconhecido e homenageado como "Bicho do Paraná". Homenagem que o Banco BAMERINDUS prestava para todos os destaques paranaenses, através da televisão.

Portanto, pelos títulos conquistados, e por representar e elevar o nome do Paraná nos diversos Campeonatos de Acrobacia Aérea, nada mais justo do que homenagearmos, através desta Casa Popular, este esportista e profissional da aviação, Comandante Internacional da Transbrasil: Fernando Paes de Barros.

REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Floraí, pela passagem do seu 42º aniversário de emancipação política, no próximo dia 15 de dezembro/98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio Henrique Vernillo, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. José Carlos Ratti, assim como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo paranaense recebam e cumprimentem a laboriosa população de Floraí.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Floraí irá comemorar festivamente os 42 anos de emancipação do seu município.

Todos os municípios têm motivos para comemorar seu aniversário, uma vez que, apesar da

crise que se instalou no país, Floraí caminha a passos certos rumo ao desenvolvimento.

Congratulamo-nos com toda a população que continua com dedicação e espírito de luta, prestando eficiente colaboração em prol da grandeza do seu município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeneza a população de Floraí, na certeza de que continuará na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 1932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Bituruna, pelo transcurso de seus 43 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro/98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Constantino de Lara Ribas, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. Remi Ransolin, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição, prestamos nossa sincera homenagem com a nossa gratidão e reconhecimento à toda população, que de uma forma ou de outra vem dando sua importante parcela de contribuição para o bem estar de todos e o completo desenvolvimento do município.

A significativa data - 14 de dezembro/98, que assinala os 14 anos de Bituruna, temos certeza que será alvo de muitas comemorações por parte dos administradores e de toda a população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, orgulha-se em transmitir a toda a população de Bituruna, que acredita no futuro próspero do município, todo o reconhecimento e admiração, certos de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 1933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Paulo Frontin, pela passagem do seu 46º aniversário de emancipação política no dia 14.12.98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Hercílio João Dalazen, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Sr. Irineu Zacarias, assim como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o Município de Paulo Frontin completa os seus 46 anos de emancipação política, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

Portanto, está de parabéns toda a população de Paulo Frontin, que continua dando sua parcela de contribuição em favor do seu município e do bem estar de todos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, uma vez mais renova sua gratidão e reconhecimento a toda população que está presente nas diversas ocasiões com sua ajuda, pois sem ela não há crescimento.

REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Município de Califórnia, alusivos aos seus 44 anos de emancipação política, comemorados em 26 de novembro último.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Luís Bueno de Oliveira Sobrinho e ao Presidente da Câmara Municipal, Getúlio Voltarelli, através de correspondência a ser encaminhada a Rua 17 de Dezembro, 149, CEP: 80.820-000, Município de Califórnia-PR.

Sala das Sessões, em 30.11.98

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Bom Sucesso, alusivos aos seus 44 anos de emancipação política, comemorados em 26 de novembro último.

Requer ainda que do presente se dê ciência, ao Prefeito Municipal, Luiz Brugnolo Neto e a Presidente da Câmara Municipal, Luzia Maria Tezolin, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Paraná, 77, Centro, CEP: 86.940-000, Município de Bom Sucesso-PR.

Sala das Sessões, em 30.11.98

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Município de Cândido de Abreu, alusivos aos seus 44 anos de emancipação política, comemorados em 26 de novembro último.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Richard Golba e ao Presidente da Câmara Municipal, João Airton Derble, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Paraná, s/nº CEP: 84.870-000, Município de Cândido de Abreu-PR.

Sala das Sessões, em 30.11.98

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abraão Tanure, Secretário de Segurança Pública, solicitando a instalação de um "Totem" na Praça Zelinda Faninne Schier entre as ruas Antonio Rebelato e Evaristo da Veiga no Bairro do Xaxim.

Sala das Sessões, em 30.11.98

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Moradores deste bairro nos informam que nessa região está ocorrendo um aumento significativo de assaltos e de violência.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 490/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica outorgado o Título de Cidadãos Beneméritos do Paraná à dupla sertaneja "Chitãozinho e Xororó", nascidos em Astorga, neste Estado.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Comissões, em 30.11.98

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

José Lima Sobrinho e Durval Lima, conhecidos em todo o país como "Chitãozinho e Xororó", respectivamente, nasceram na Cidade de Astorga, no Paraná, o primeiro no dia 5 de maio de 1954 e o segundo no dia 30 de setembro de 1957, filhos de Mário Antonio de Lima e Araci Prudência de Lima.

Passaram parte de sua infância em Rondon, no Paraná, indo sua família residir no ABC Paulista em 1968.

Desde criança, os dois meninos demonstram vocação para a música, herança de seu pai, o Sr. Marinho, que era compositor e amante da música sertaneja. O pai começou a ensinar, então, aos dois meninos a vocalização e os primeiros acordes de violão.

Em São Paulo, a dupla sertaneja começava a participar dos primeiros programas de televisão, como o "Show de Calouros", de Silvio Santos, onde foram aprovados e no Programa "Cidade Sertaneja" da TV Bandeirantes de São Paulo, convidados por Athos Campos e Geraldo Meirelles, o "Marechal da Música Sertaneja". Foi nesse período que receberam o nome artístico de "Chitãozinho e Xororó", inspirados na música de Athos Campos e Serrinha, "O Chitão e o Xororó".

Daí para frente só ocorreram muitos sucessos na vida desses dois ilustres paranaenses, que culminaram em sua consagração nacional com a música "Fio de Cabelo".

PROJETO DE LEI Nº 491/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Lidianópolis, com sede no Município de Lidianópolis e foro no Município de Ivaiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.98

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores de Lidianópolis, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, do Município de Lidianópolis, tem por objetivo promover o desenvolvimento comunitário através de realizações daquele próspero município.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 492/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a filial da "Missão Evangélica Betânia S/C - M.E.B. - com sede e foro no município de Altônia/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente Plano de Lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente, e os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de um ano e presta relevantes serviços à comunidade, cuja finalidade é promover os valores humanos, sem fins lucrativos.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 493/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN, com sede e foro no Município de Antonina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A ADEMADAN - Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina, é uma entidade civil, com personalidade jurídica,

sem fins lucrativos, fundada em 15 de março de 1997.

PROJETO DE LEI Nº 494/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Franciscanas Angelinas - AFRANGEL, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Franciscanas Angelinas - AFRANGEL foi fundada em 23 de fevereiro de 1998.

A AFRANGEL é uma sociedade civil, de caráter filantrópico, Educativa, cultural, beneficente e assistencial, de fins lucrativos.

Vem desenvolvendo trabalhos na área de educação (Jardim de Infância, Pré-Escola), cursos para as mães como: corte e costura, pintura em tecido e em vidro, cabeleireira, culinária, computação, italiano. Outros cursos são proporcionados conforme a necessidade da comunidade.

É pela nobreza das atividades exercidas pela AFRANGEL que solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 495/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fraternidade Beneditina Mãe da Divina Providência, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

A Fraternidade Beneditina iniciou atividades na cidade de Maringá em 24 (vinte e quatro) de outubro de 1996, com sede na Rua Mosteiro, s/n, no Jardim Industrial de Maringá.

Sem fins lucrativos, a Fraternidade, através de doações, vem desenvolvendo excelente trabalho na assistência a pessoas desamparadas e doentes.

Além do trabalho desenvolvido junto à comunidade maringense, a Fraternidade Beneditina vem cuidando da formação de membros da comunidade para auxiliar na assistência aos carentes da cidade.

Trata-se de trabalho relevante e abnegado que, mesmo dependendo de doações, vem resultando em grande ajuda aos doentes e carentes da cidade de Maringá.

PROJETO DE LEI Nº 496/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.98.
(aa) HORÁCIO RODRIGUES
ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratório, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, do Município de Paranaguá, tem por objetivo proporcionar tratamento das deficiências respiratórias e alérgicas aos mais necessitados, num programa de cooperação com as autoridades constituídas.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Voltamos à tribuna na tarde de hoje, para mais uma vez manifestar a nossa preocupação, e diria até, o nosso descontentamento, a nossa indignação pela forma em que o Governo do Estado trata a todos nós, Deputados Estaduais, não só nós da Oposição, mas também os Deputados do Governo. Mas, principalmente a nós da Oposição pela falta de

informações e pelo cumprimento da palavra empenhada.

Todos nós, evidentemente, temos consciência do que vai acontecer na tarde de hoje, certamente que o governo haverá de mobilizar os seus Deputados, para nesta sessão ainda, aprovar o Regime de Urgência ao projeto de lei que autoriza a reestruturação acionária da COPEL, e que autoriza o empréstimo de 2 bilhões de reais. Projeto este nº 471/98 da Mensagem nº 52/98.

Certamente, que a estratégia é de aprovar hoje, esse Regime de Urgência. E aprovado o Regime de Urgência convocar-se uma Sessão Extraordinária da CCJ, e nela, se aprova o parecer para que esse projeto possa ser submetido a discussão e votação em Sessão Extraordinária, ainda hoje a tarde, ou possivelmente em Sessão Ordinária e Sessões Extraordinárias do dia de amanhã.

Até aí na nossa avaliação tratasse evidentemente de uma estratégia que dispõe o governo para agilizar a votação de um projeto. Agora, o que não pode faltar a esta Casa que não pode faltar a este parlamento é o descumprimento à palavra empenhada, é o compromisso assumido entre nós os Parlamentares.

Deputado Valdir Rossoni, na última quarta-feira, assumiu compromisso conosco no sentido de que hoje, segunda-feira, teríamos aqui na Assembléia a presença do Presidente da COPEL, do Secretário da Fazenda e do Planejamento, para que dessem ciência e detalhamento à Casa sobre esta Mensagem que nós estamos discutindo: A Mensagem 52/98, Projeto de Lei 471/98.

E pelo que pude ler nos jornais desse final de semana, afirmado pelo próprio Líder Valdir Rossoni, que não terá vinda nenhuma de Secretário, porque isso não se faz necessário, porque isso não se justifica e que vamos aprovar, diz ele em sua manifestação na segunda e terça-feira, estes projetos que forem enviados pelo governo.

Que vão aprovar não tenho nenhuma dúvida, afinal de contas o governo possui uma maioria muito grande, quarenta e tantos Deputados contra onze, doze ou treze eventualmente nesta Casa.

Agora, o que não pode existir é o descumprimento da palavra empenhada, principalmente quando se trata da Liderança do Governo que assume o compromisso e depois descumpre essa palavra e não traz aqui nenhuma informação. Como as informações não chegam até nós, e talvez como a maioria não tem conhecimento, sempre é bom lembrar que em 31.12.94, quando o PMDB encerrava o seu círculo de governo nesse Estado, naquele período de 12 anos, Mário Pereira entregava o Estado do Paraná com uma dívida de 1.395.000.000 de reais.

Nessa dívida, 797 de dívida interna e 464 de dívida externa e uma dívida flutuante de 134 milhões, perfazendo um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de reais.

Assumiu Jaime Lerner em 01.01.95. Doze meses depois, 31.12.95, a dívida já era de dois bilhões, e três milhões de reais. Vinte e quatro meses depois, 31.12.96 a dívida já era de dois bilhões, quatrocentos e três milhões. Trinta e seis meses depois, três anos, 31.12.97, a dívida já era de três bilhões, quatrocentos e sete milhões. Em 31.12.98, certamente que o nosso comprometimento com dívida será superior a dez bilhões de reais, porque temos os três bilhões e quatrocentos de 97, temos um conhecimento superficial do que aconteceu em 98, mas lá registrado até setembro, trezentos e quarenta e oito de operações de crédito, mais quatrocentos e cinquenta e um de alienação de imóveis e os quatro bilhões do Banestado e os dois bilhões agora, desse projeto 471/98, três bilhões e quatrocentos, que, certamente estará acrescido de mais um bilhão e chegaremos aí a quatro bilhões e meio, mais dois, são seis, mais quatro do BANESTADO são dez bilhões e alguma coisa. Em apenas quatro anos, Deputados, a dívida do Paraná, que era de um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões, passa para mais de dez bilhões de reais e as pessoas ainda afirmam que está tudo dentro do conforme, que é isso mesmo que tem que fazer, que não tem outra saída, que não tem outro jeito e nós aqui na Assembléia não recebemos nenhum tipo de informações para saber como é que o Estado programou o pagamento dessas dívidas, como é que vai buscar esse empréstimo que está pedindo de dois bilhões. Ele não diz onde vai buscar esse empréstimo, ele não diz a taxa que será paga a título de juro, a título de atualização monetária, pelo empréstimo de dois bilhões, ele não diz nada. Ele busca aqui com a Assembléia, não um cheque em branco. Ele busca um talão inteiro de cheques em branco assinado por esta Casa e é sempre bom lembrar que em governos do PMDB, com destaque para o governo de José Richa, quando dois Secretários apenas discutiam sobre uma taxa de intermediação, Garanhão e Belmiro, discutiam se estava correta aquela taxa de tantos por cento, naquela oportunidade, o governador José Richa, mostrando a lisura com que governava esse Estado, demitiu os dois Secretários e hoje o próprio governo vem até a Assembléia, propor um empréstimo de apenas dois bilhões de reais, sem dizer onde vai buscar esse dinheiro, sem dizer o quanto vai pagar de juro e de atualização monetária, sem dizer o prazo em que vai pagar, sem dizer a fórmula que ajustou para pagar esse empréstimo. Afinal de contas, são apenas dois bilhões de reais! Não é quase nada! Apenas dois bilhões de reais nesse universo

de mais de 9 bilhões de reais que acrescentou de endividamento para o Paraná.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury e Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Edgar Bueno, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 298/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Ciências Neurológicas, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 302/98, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Entre Rios do Oeste e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 302/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Entre Rios do Oeste - APMI, com sede no

Município de Entre Rios do Oeste e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 314/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Portadores das Deformações Faciais - APPDF, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 11.08.98)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 331/98, de autoria do Deputado Péricles Mello, que declara de Utilidade Pública a Creche Sant'Ana, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.98)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 334/98, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Rainha do Lar, com sede no Município de Santa Lúcia e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 334/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Rainha do Lar, com sede no Município de Santa Lúcia e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 338/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APAM - Associação Perolense

de Amparo ao Menor, com sede e foro na Cidade de Pérola. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114, de 24.08.98)**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Manguinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/98, de autoria do Deputado Plauto Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Dona Pureza Ribas, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Nova Tebas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Vila Vicentina Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Instituto Popular de Assistência Social - IPAS de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/98, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Igreja Pentecostal Tabernáculo da Fé, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/98, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública, o Recanto Shalon, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/98, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Água do Pari - AMAPAR, com sede e foro no Município de Jataizinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Jorge do Ivaí, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Federação de Skate do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/98, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na Cidade de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Alto Tarumã e Jardim D. Joaquina II, com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão

do Pinhal uma área de terra medindo 65.840 m², pertencente a SUREHMA, localizada as margens do Rio Laranjinha, naquele município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 10.09.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 439/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma área de terras medindo 65.840 m², pertencente a SUREHMA, localizada às margens do Rio Laranjinha, naquele município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que denomina Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-151, que liga os Municípios de Ribeirão Claro e Santana do Itararé. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.OP.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59, de 13.05.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 170/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que tem por objetivo denominar Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-151, que liga os Municípios de Ribeirão Claro e Santana do Itararé.

Chamada esta Comissão a se manifestar, encaminhada a complementação solicitada da Secretaria de Estado dos Transportes, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 170/98

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que denomina Prefeito José Alves Pereira o trecho da Rodovia PR-151, que liga os Municípios de Ribeirão Claro e Santana do Itararé.

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.98.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/98, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que aprova a construção da Usina Elétrica a Gás de Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 124, de 15.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 383/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo aprovar a construção da Usina Elétrica a Gás de Araucária, no Estado do Paraná, nos termos que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar)

O projeto de lei de autoria do Deputado Valdir Rossoni, aprova a construção de Usina Elétrica a Gás de Araucária.

O Artigo 209 da Constituição do nosso Estado, coloca o seguinte: "observada a legislação federal, pertinente à construção de centrais termoeletricas e hidreletricas, dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termoeletricas, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária."

O que significa que, para aprovarmos a construção de qualquer termoeletrica ou de qualquer hidreletrica em nosso Estado, antecede a aprovação do Plenário desta Casa, o estudo do impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental. Ambos inexistem neste projeto.

Portanto, sem entrar no mérito da questão, é inconstitucional a aprovação deste projeto. Já na C.C.J. lavramos voto contrário, e quero lembrar que

na mesma C.C.J., em projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, para a construção da termoeletrica de Pontal do Paraná, em Paranaguá, nós da C.C.J., após voto com parecer em contrário, não tramitou, não deu continuidade ao projeto. Agora, entra projeto de mesmo teor!

Quero aqui chamar a atenção para este fato, e dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo a palavra para o encaminhamento da votação ao ilustre Deputado Valdir Rossoni.

O Deputado Valdir Rossoni desiste.

Então, em votação o referido projeto.

Senhores Deputado que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

Com voto contrário, registrado em Ata, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de registrar o voto contrário do PSN.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Perfeitamente registrado, e registro também o voto contrário do PDT.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/98, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 048/98, que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação de imóvel que a Sociedade Beneficente das Sras. Sírío Libanesas do Paraná pretende fazer ao Município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 09.11.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 437/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 048/98 que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação de imóvel que a Sociedade Beneficente das Sras. Sírío Libanesas do Paraná pretende fazer ao Município de Campo Largo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/98, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de Plebiscito nos Municípios de Marialva e Mandaguari, para que a população decida sobre a anexação da área adiante descrita ao Município de Mandaguari. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/98

A Assembléia legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito nos Municípios de Marialva e Mandaguari, para que a população decida sobre a anexação da área, adiante descrita, ao Município de Mandaguari.

“Começa no rio Keller na foz do ribeirão Cambuí, pelo qual sobe até sua cabeceira (nascente); daí em reta alcança (nascente) do córrego Jacareí: daí desce a sua foz no ribeirão Alegre e daí desce pelo ribeirão Alegre até sua foz do rio Pirapó.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.11.98.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROJETO DE LEI Nº 365/98****P A R E C E R :****Relatório**

O projeto de lei em pauta, de autoria dos nobres Deputados Anibal Khury e Miltinho Puppio, tem por objetivo alterar a Lei nº 790/51, que criou o Município de Marialva.

Fundamentação

A lei de criação do Município de Marialva criou, através do seu memorial descritivo, um grave problema para o vizinho Município de Mandaguari, pois parte do memorial nº 5, das divisas de Marialva está localizado quase dentro da Cidade de Mandaguari, não poderia esta área pertencer ao Município de Marialva. Para corrigir este grave problema foi apresentado o presente projeto de lei.

Entretanto no último dia 18 de novembro, o Sr. Presidente da República sancionou a Lei nº 9.709, que regulamenta o exercício da soberania popular. Nos artigos 5º e 7º são regulamentados os casos de desmembramentos, fusão e anexação de municípios, quando é mandado estender as consultas plebiscitárias à população diretamente interessada, tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembra-

mento; em caso de fusão e anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Conclusão

Sendo assim, o nosso parecer é pela transformação do presente projeto de lei em projeto de resolução, com o objetivo de consultar a população dos dois municípios envolvidos e fazer valer o princípio maior da democracia, que é a vontade do povo.

Sala das Comissões, em 23.11.98.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr.Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Resolução nº 014/98.

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/98, de autoria da Comissão Executiva, que fixa a remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E..

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/98

Art. 1º - A remuneração do Governador do Estado, para o exercício de 1999, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, excetuadas as vantagens de caráter pessoal, acrescida de 20% (vinte por cento), a título de ajuda de custo.

Art. 2º - A remuneração do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1999, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, excetuadas as vantagens de caráter pessoal, acrescida de 15% (quinze por cento) a título de ajuda de custo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1999.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.10.98.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, o item 24, de autoria da Comissão Executiva desta Casa, é o Decreto Legislativo que fixa a remuneração do Governador e vice-Governador.

Primeiro fato, chamamos a atenção que tal projeto entrou na Ordem do Dia sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça, onde deveria ser analisada a sua constitucionalidade. E é sobre essa constitucionalidade que queremos tecer comentários.

O salário, a remuneração de Governador e vice-Governador é, como está, inconstitucional, porque fere a Emenda Constitucional nº 19/98, que dispõe no artigo 39, § 4º, que diz o seguinte:

(Lê):

“§ 4º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI”.

O art. 37, inciso XI, estabelece que:

(Lê):

“XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; (Redação dada ao inciso pela Emenda Constitucional nº 19/98)”.

Por fim, o art. 28, § 2º da Constituição Federal, dispõe que:

(Lê):

“§ 2º - Os subsídios do Governador, do vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Parágrafo acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/98)”.

A Emenda Constitucional nº 19, que introduziu a dita reforma administrativa, estabeleceu que os chefes do Poder perceberão apenas subsídios, expressão criada pela emenda citada, o qual é único, calculado em relação aos subsídios percebidos pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Como se vê, esse projeto está colidindo com a Carta Magna, uma vez que na proposição que estamos analisando, que fixa a remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado, insere aos vencimentos dessas vantagens de caráter pessoal e mais 20% a título de ajuda de custo.

E a Emenda Constitucional é clara, é subsídio, é uma parcela única e fixa sem ter os 20% a mais, como está no projeto que estamos votando.

Por isso, é inconstitucional. E aí retorno à minha fala inicial: como não passou na Comissão de Constituição e Justiça, é importante que esta inconstitucionalidade seja corrigida e o local para isso é a CCJ. Assim não o foi, entrando na Ordem do Dia de hoje e por esta razão é inconstitucional. E, é contra esta inconstitucionalidade que nós, da Bancada dos Trabalhadores, votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Em votação. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado, com voto contrário do PT.**

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 08/98, de autoria da Comissão Executiva, fixada para a Legislatura a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1999, o valor da remuneração dos Deputados Estaduais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E.. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/98

Art. 1º - O valor da remuneração dos Deputados Estaduais para a legislatura a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1999, fica fixada em 75% (setenta e cinco por cento) do que perceberem, em espécie, os Deputados Federais.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 14.10.98.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Senhores Deputados, é com satisfação que, no Plenário da sessão da tarde de hoje, se encontra o nosso Presidente Anibal Khury sentado à esquerda do ilustre Líder do PMDB Deputado Orlando Pesutti que parece estar levando o nosso Presidente para esquerda.

Queremos também registrar para amanhã os 100 anos de Fundação da Loja Maçônica Cardoso Júnior, por proposição do Deputado Orlando Pesutti que convoca a todos os Senhores Deputados para a Sessão Extraordinária, aqui no nossos Plenário, às 17:00 hrs.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1921, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, con-

stante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1916, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1927, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1909 e 1931 a 1933, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1912 e 1940, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1925, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1908, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1928, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1934 a 1936, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1942 a 1944, 1948 e 1949, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1914, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1951, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1913, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DOUTOR ROSINHA

Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Pela Ordem Deputado Florisvaldo Fier e em seguida Para Encaminhar Deputado Orlando Pessuti.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**)

A minha questão Pela Ordem é Regime de Urgência sobre qual projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Regime de urgência ao Projeto de Lei nº 471/98, proveniente da Mensagem Governamental 052/

98 que promove a reestruturação da COPEL e autoriza a dar em caução, em garantia em operações de crédito as ações da COPEL. Em votação.

Para encaminhar a votação Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, pelos motivos que já arrolamos aqui na semana passada, pelos motivos que arrolamos durante o Grande Expediente de hoje, e principalmente pelo fato de que na última quarta-feira o Deputado Valdir Rossoni se comprometeu conosco de que hoje aqui viria o Secretário da Fazenda, o Secretário do Planejamento e o Presidente da COPEL para melhor detalhar a nós essa reestruturação societária da COPEL.

Veja bem Sr. Presidente, estamos aqui ao aprovar esse artigo 1º dando a um grupo de pessoas, pertencentes não sabemos se aos quadros da COPEL, ou de alguma das consultorias que poderão ser contratadas, como diz aqui no artigo 9º desta lei, estaremos dando a eles todas as atribuições de que somos possuidores, enquanto Deputado Estadual, de criar e extinguir empresas públicas, autarquias, fundações pertencentes ao Poder Pública Estadual. É competência constitucional, é competência da Assembleia Legislativa criar essas empresas ou extingui-las através de lei. Portanto, não tem nenhum sentido que venhamos a conceder ao Governo, não um cheque em branco como eu já disse, mas um talonário inteiro de cheques em branco assinado para que o Governo possa promover do seu jeito, ou do jeito que consultorias, organismos, outros virem a recomendar na reestruturação da COPEL. Não sabemos se a COPEL será reestruturada criando-se a COPEL Geração, a COPEL Transmissão, a COPEL Distribuição, a COPEL Gás, a COPEL Telefonía, não sabemos se para a COPEL Geração será atribuído quais patrimônios, hoje pertencentes à COPEL, como que será constituída a sua estrutura de gerenciamento, quantos diretores terá, qual será o nível de salário dessas pessoas. E tudo isso nós estamos no artigo 1º permitindo que algumas pessoas, em nosso nome, exerçam esse direito de reestruturar a COPEL. E, mais que isso, atribuímos aí também no Artigo 2º a possibilidade que as competências, atribuições e tudo o mais possam ser estabelecidas através dos estatutos, que também não discutiremos ou aprovaremos e, que possivelmente, só tomaremos conhecimento através do jornal, caso venha a ser publicado. Porque de uns tempos para cá nem publicar aquilo que é obrigação o Governo publica, como não publicou até hoje os balancetes das despesas do ano de 1998.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que nós não podemos concordar com esse Regime de Urgência a esse projeto. Até porque aprovado o Regime de Urgência o projeto certamente, amanhã estará na

Ordem do Dia e será votado numa Sessão Ordinária, e em duas ou três extraordinária, e o assunto estará encerrado, e esta Assembléia estará assumindo por inteiro a responsabilidade por desestruturar não reestruturar como diz o projeto, uma empresa que é modelo para este Estado e para o País, que paga anualmente cerca de 400 milhões de títulos de dividendos e que vai ser vendida por alguma bagatela e, certamente, esta bagatela será ressarcida ao longo de quatro, cinco anos, já que os dividendos de 400, 500 milhões cobrirão esses investimentos que forem feitos na aquisição da COPEL.

É muito lamentável que possamos permitir a desestruturação da COPEL e permitir que pessoas, que nós nem sequer sabemos quem sejam, venham a reestruturar essa companhia, criar outras companhias, sem que nós tenhamos conhecimento.

Pior ainda, Senhor Presidente, no Artigo 9º: "Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aumento de capital social, Paraná Investimento de dois bilhões." Depois no Artigo 6º: autoriza a captar um empréstimo de dois bilhões, sem dizer com quem buscará esse empréstimo, a que taxa será; qual será a correção monetária que será aplicada; qual a atualização monetária; como será pago isso. Não se diz para que finalidade se busca esses dois bilhões de reais.

Parece que, como qualquer pessoa na esquina, chega e diz: Oh, tio, dá um real! Oh, tio, dá dois "real".

O Governo parece que está com essa mesma visão. Ou a Assembléia: dá mais dois "bi", dá mais três "bi" e setecentos e cinquenta; ou dá mais "trezentão", ou dá mais dois "bilhão". Sem dizer para que e para onde esse dinheiro será destinado.

Por esta razão, Senhor Presidente, conclamo aos Senhores Deputados de que não aprovemos este Regime de Urgência, porque este projeto precisa ser melhor esclarecido.

Os Secretários teriam que vir aqui numa sessão aberta ou secreta, mas prestar esclarecimentos à Assembléia para que pudéssemos votar, sabendo o que estamos votando e para o que estamos votando.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)
Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Para Encaminhamento de votação, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu ouvia os argumentos feitos pelo Líder da Oposição para não aprovarmos este requerimento de Regime

de Urgência. A mesma preocupação que vejo hoje no posicionamento do Deputado Orlando Pessuti, eu vi quando da chegada do projeto nesta Casa.

Já estávamos com este pedido de Requerimento de Regime de Urgência na semana passada e o argumento foi o mesmo: nós precisávamos discutir e esclarecer.

Eu, até o presente momento, coloquei-me à disposição para esclarecer qualquer dúvida da oposição e que traria a esta Casa os técnicos para que explicassem, quanto as taxas de juros, para que serviria o dinheiro, de onde viriam os recursos. Enfim, a Liderança do Governo continua de portas abertas para esclarecer ao ilustre Líder do PMDB. Mas até o presente momento não fui procurado e não tive nenhum entendimento.

Todos nós sabemos de que para discutirmos um projeto e para esclarecermos um projeto dessa magnitude, temos que achar os interessados para que eles venham a discutir esta questão.

Até o presente momento não fui procurado, continuo à disposição da Oposição para esclarecer as dúvidas, os questionamentos e os esclarecimentos. Por isso peço para que votem favoráveis à aprovação desse Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Em votação o requerimento.

Verificação de votação requerida pelo Deputado Orlando Pessuti.

Antes porém, o Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal requerida pelo Deputado Valdir Rossoni.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, quero dizer ao Senhor Deputado Valdir Rossoni que tão logo termine a sessão, uns 10 minutos após eu solicito que Vossa Excelência me aguarde em seu gabinete, irei procurá-lo, já que tem que ser assim, Vossa Excelência tem que ser procurado. Porque acho que a melhor forma de procurar alguém é no Plenário, como fizemos, assumindo compromisso que hoje as pessoas viriam, e eu estava aguardando ser procurado por Vossa Excelência para ouvir os técnicos do Governo. Como não fui procurado e Vossa Excelência exige que nós o procuremos, então 5 minutos após o término da sessão, Vossa Excelência aguarde, de preferência em seu gabinete que nós iremos procurá-lo para obter as informações.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, só para esclarecer ao Deputado Orlando Pessuti que fui sim procurado por vários Parlamentares e esses Parlamentares não se levantaram para questionar o pedido de Regime de

Urgência. Por isso estranhei o posicionamento do Deputado Orlando Pessuti.

O Deputado Orlando Pessuti sabe, muito bem, que a liderança do Governo sempre esteve aberta, nestes dois anos em que passamos por este cargo.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Não há quórum para deliberação da matéria, está prejudicada a votação e a continuação da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 01 de dezembro, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 296, 300, 307, 319, 432, 433, 435 e 448/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 173, 321 e 345/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 439/97, 170, 383 e 437/98,

e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 07 e 08/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301, 326, 346, 373, 403, 456 e 466/98.

Marco ainda, uma Sessão Solene em comemoração aos 100 anos da fundação da Loja Maçônica Cardoso Júnior, a realizar-se às 17:00 horas do dia 01 de dezembro.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se os membros componentes desta Comissão presidida pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário. Havendo número legal e não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 012/97, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. Relator: Deputado Reny Borsatto. 2) Projeto de Lei nº 685/97, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Deputado Péricles Mello. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) GERALDO CARTÁRIO- Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se os membros componentes desta Comissão, presidida pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário. Havendo número legal e não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 170/98, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Deputado Péricles Mello. 2) Projeto de Lei nº 698/97 de autoria do Deputado Sergio Spada, Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Deputado Edson Silva Lino. 3) Projeto de Lei nº 697/97, de autoria do Senhor Deputado Sergio Spada. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Deputado Péricles Mello. 4) Projeto de Lei nº 125/98, de autoria do Senhor Deputado Irineu Mário Colombo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Deputado Reny Borsatto. 5) Projeto de Lei nº 708/97, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator Deputado Péricles Mello. 6) Projeto de Lei nº 120/98 de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada. Relator Deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
Sandra Zampier - Secretária